



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
3ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Físico nº: **0007406-72.2013.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Seguro**
 Requerente: **Cleber Rogerio Carneiro Lopes**
 Requerido: **Porto Seguro Cia de Seguros Gerais**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Felipe Scherer Borborema**

Vistos.

CLEBER ROGÉRIO ARNEIRO LOPES pediu a condenação de **PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS** ao pagamento de indenização correspondente ao seguro DPVAT, por lesão grave sofrida em acidente de trânsito ocorrido no dia 10 de julho de 2012.

Citada, a ré contestou o pedido, aduzindo a necessidade de integração da lide por **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S. A.**, arguindo a ausência de documentos essenciais e inexistência de incapacidade funcional.

Houve réplica.

O processo foi saneado, repelindo-se as preliminares arguidas.

Determinou-se a realização de exame médico-pericial, que no entanto não aconteceu porque o autor, após várias tentativas, não foi localizado para intimação pessoal.

Declarou-se preclusa a prova pericial, haja vista a inércia do autor, facultando-se às partes a apresentação de alegações finais, sobrevindo manifestação das partes.

É o relatório.

Fundamento e decido.

Sustenta o autor padecer de incapacidade funcional decorrente de acidente de veículo automotor, com direito então à percepção da verba indenizatória prevista na Lei nº 6.194/74, atinente ao chamado Seguro DPVAT.

A indenização acaso devida decorre não apenas do sinistro, mas da existência de incapacidade funcional, o que induz a necessidade de avaliação pericial.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
3ª VARA CÍVEL
 R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

O autor não compareceu a perícia médica, pois não foi localizado para intimação. Várias foram as tentativas de sua localização, porém, sem êxito. O advogado do autor, instado a manifestar-se e fornecer o atual endereço de seu constituinte, ficou-se inerte.

Sucedendo que o autor não apresentou prova convincente de padecer de incapacidade justificadora do pleito.

Existe nos autos apenas um relatório médico declinando as lesões sofridas (fls.13), o que por si só não indica débito funcional.

E a prova pericial foi declarada preclusa por inércia do autor.

Se o autor, na inicial, afirma certos fatos porque deles pretende determinada consequência de direito; esses são os fatos constitutivos que lhe incumbe provar sob pena de perder a demanda. A dúvida ou insuficiência de prova quanto a fato constitutivo milita contra o autor. O juiz julgará o pedido improcedente se o autor não provar suficientemente o fato constitutivo de seu direito (Vicente Greco Filho, Direito Processual Civil Brasileiro, Ed. Saraiva, 1989, 2º volume, página 183).

Diante do exposto, **rejeito o pedido** e condeno o autor, **CLEBER ROGÉRIO CARNEIRO LOPES**, ao pagamento das custas e despesas processuais, corrigidas aquelas em reembolso, desde que comprovadas, e dos honorários advocatícios do patrono da contestante, por equidade fixados em 15% do valor da causa, corrigido desde a época do ajuizamento. A execução dessas verbas, porém, **fica suspensa**, nos termos do artigo 12 da Lei nº 1.060/50.

Sem prejuízo, regularize o Dr. Edynaldo a petição de fls.90/95, pois desprovida de sua assinatura.

P.R.I.C.

São Carlos, 23 de maio de 2014.

Daniel Felipe Scherer Borborema
 Juiz de Direito Auxiliar

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**